

# TOPONÍMIA INDÍGENA NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: PATRIMÔNIO ETNOLINGUÍSTICO

*Indigenous toponymy in the west region of Santa Catarina: ethnolinguistic patrimony*

Valdirene Chitolina<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo refere-se a um estudo descritivo preliminar – etnolinguístico – cujo objetivo principal é investigar a toponímia de origem indígena presente na região Oeste de Santa Catarina. Registraram-se os nomes dos municípios, seus significados e classificações. Dos 119 municípios dessa região, 38 foram selecionados, pois tem em seus topônimos termos de origem indígena. O *corpus* foi constituído dos significados de palavras indígenas registradas nos dicionários de Luiz Caldas Tibiriçá (1984, 1985, 1989), Nelson França Furtado (1969) e Silveira Bueno (1986), além de uma listagem publicada, na internet, por órgãos estaduais de Santa Catarina. Para a fundamentação teórico-metodológica, obras de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990, 1992) foram essenciais. Portanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com a organização e a interpretação dos dados por meio de análises quantitativas e qualitativas. Este estudo permite reconhecer o legado indígena na toponímia da região Oeste de Santa Catarina como patrimônio etnolinguístico de diferentes povos.

Palavras-chave: Região Oeste de Santa Catarina. Toponímia Indígena. Patrimônio etnolinguístico.

## Abstract

*This article refers to a preliminary descriptive study – ethnolinguistic – whose main objective is to investigate the toponymy of indigenous origin present in the western region of Santa Catarina. The names of the municipalities, their meanings and classifications were recorded. Of the 119 municipalities in the region, 38 were selected because they have names of indigenous terms. The corpus was constituted of the meanings of indigenous words registered in the dictionaries of Luiz Caldas Tibiriçá (1984, 1985, 1989), Nelson França Furtado (1969) and Silveira Bueno (1986), besides a listing published internet by Santa Catarina state agencies. For the theoretical-methodological foundation, works by Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990, 1992) were essential. Therefore, it is a bibliographical research, with the organization and interpretation of the data through quantitative and qualitative analyzes. This study allows to recognize the indigenous legacy in the toponymy of the western region of Santa Catarina and ethnolinguistic patrimony of different peoples. Keywords: Western Region of Santa Catarina. Indigenous Toponymy. Ethnolinguistic Patrimony.*

Recebido em 14 de agosto de 2019

Aceito em 3 de setembro de 2019

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa refere-se a um estudo descritivo preliminar – etnolinguístico – cujo objetivo principal é investigar a toponímia de origem indígena presente na região Oeste de Santa Catarina. Registraram-se os nomes dos municípios, seus significados e classificações. Dos 119 municípios dessa região, 38 foram selecionados, pois tem em seus topônimos termos de origem indígena. Outras formas de classificar os topônimos não foram utilizadas, como a estrutura de formação, o batismo oficial ou a composição lexical.

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo; Mestra em História Regional pela Universidade de Passo Fundo; Graduada em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Palmas; valdirenechitolina@yahoo.com.br

O *corpus* do texto foi constituído dos significados de palavras indígenas registradas nos dicionários de Luiz Caldas Tibiriçá (1984, 1985, 1989), Nelson França Furtado (1969) e Silveira Bueno (1986), além de uma listagem publicada, na internet, por órgãos estaduais de Santa Catarina. Para a fundamentação teórico-metodológica, obras de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990, 1992) foram essenciais. Portanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com a organização e a interpretação dos dados por meio de análises quantitativas e qualitativas.

O legado indígena regional materializado nos topônimos descritos adiante, no Quadro 2 “fazem da localidade o resultado de um processo de construção social e cultural”, conforme sinaliza Angelo Torre (2018, p. 42). A história da toponímia indígena do Oeste catarinense está diretamente ligada a conexões que vão além, muito além do determinismo geográfico. A seguir, registram-se alguns enfoques sobre a história do Oeste catarinense, seguidos da pesquisa sobre o legado indígena na toponímia oestina e, por fim, os resultados serão apresentados por meio de gráficos e discussões.

## 2 LEGADO INDÍGENA NA TOPONÍMIA DO OESTE DE SANTA CATARINA

Arlene Renk (2009, p. 297) escreve que o Oeste catarinense engloba os limites do município de Chapecó, criado em 1917. Embora tenha sofrido os rebatimentos do Contestado, não foi território dos embates, que ocorreram mais a Leste. Seus limites geográficos iam do município de Cruzeiro (atual Joaçaba), a Leste, até a Argentina; com o estado do Paraná, ao Norte, e o Rio Grande, ao Sul, cuja área era de 14 mil quilômetros quadrados. Desse município, desmembrou-se centena de outros.

O termo “Oeste catarinense” passou a ser utilizado após a década de 1920, com o processo colonizador desencadeado depois da Guerra do Contestado. Anteriormente, a região era descrita como “sertão desconhecido, territórios invadidos pelos catarinenses”<sup>2</sup> ou, ainda, “vasto deserto, paraíso da criminalidade, região inculta e desconhecida, zona do banditismo, confins do Estado, sertões, sertão bruto, entre outros.” (COSTA, 1929, p. 7-74; BOITEUX, 1931, p. 7). Porém, nas vilas ou cidades colonizadas pelos migrantes rio-grandenses, descendentes de europeus, os termos são alterados: a região passa a ser registrada como “terras ricas de gente idônea, sentinela avançada de civilização, verdadeiro Éden.” (COSTA, 1929, p. 7-74; BOITEUX, 1931, p. 7).

A formação territorial do Oeste catarinense é complexa. Quando os europeus chegaram à América, dividiram as terras do continente levando em consideração o Tratado de Tordesilhas: a leste, para Portugal; a oeste, para a Espanha – o lugar onde hoje é o Oeste catarinense ficou sob o domínio espanhol, e, anos mais tarde passou para Portugal. No Período Imperial, o Brasil e a Argentina disputaram a região na chamada “Questão de Palmas”; em 1895, já na República, a disputa foi resolvida a favor do Brasil por meio do *uti possidetis*.

Internamente, a região Oeste foi disputada entre São Paulo e Paraná – até 1853, quando o Paraná se tornou uma província. Outra disputa territorial deu-se mais tarde, entre Paraná e Santa Catarina, na Questão do Contestado. Entre 1943 a 1946, a região foi desmembrada de Santa Catarina e integrada ao Território do Iguçu.

A população da região que hoje constitui o Oeste de Santa Catarina é composta por diferentes grupos étnicos, instalados no território em épocas distintas. A ocupação humana mais antiga era de bandos de caçadores-coletores (ou tradição Umbu, conceito que tem sido revisado com as novas pesquisas), datada aproximadamente entre 8 e 11 mil anos atrás, e menos conhecida se comparada aos agricultores ceramistas (CARBONERA, 2019).

Em seguida, existe um lapso temporal, difícil de documentar, que se estende de 6 mil até 2 mil anos, quando chegaram os grupos agricultores vinculados às tradições Tupi-Guarani e Itararé-Taquara – estes chegaram tardiamente à região, aproximadamente há mil anos (CARBONERA, 2013, 2019). Faz-se uma ressalva, nesta região, ainda vivem indígenas da etnia Guarani, possivelmente descendentes dos antigos grupos portadores da tradição cerâmica Tupiguarani; além das etnias Kaingang e Xokleng, portadores das antigas tradições cerâmicas Taquara-Itararé, que pertenciam ao tronco linguístico dos Jê (SCHMITZ, 2019; CARBONERA, 2019).

Por volta do século XIX, além dos indígenas, haviam negros escravizados, libertos e livres que trabalhavam nas fazendas e nas pequenas propriedades dos campos de Palmas (PR), região que abrangia o atual Oeste de Santa Catarina. Porém, os negros dessa região passam por aquilo que se chama ‘o problema de pós-abolição’ – somem e são

<sup>2</sup> Mapa oficial do estado do Paraná, de 1896.

invisibilizados nas fontes oficiais. A defesa de que não existiam (VICENZI, 2020). Indígenas, negros e também os cabolos habitavam a região. Para Renk (1997),

[...] brasileiro, ou caboclo é fração do campesinato diferenciado etnicamente e o processo colonizador representou a alteração do substrato morfológico. Em parte, a expropriação desse campesinato diferenciado etnicamente ocorreu por entender a terra como posse, não como propriedade. Avaliavam a entrada de camponeses brancos como “peste branca” que roubou suas terras. Grande parte dessa população autóctone não possuía existência civil, ou seja, não existia o registro de nascimento, alistamento militar e outros vínculos com o Estado.

Após a Guerra do Contestado, o governo catarinense articulou o processo colonizador, por meio de companhias colonizadoras e diferentes etnias, principalmente migrantes rio-grandenses descendentes de europeus, atravessaram o rio Uruguai e se estabeleceram na região. No século XXI, a partir da segunda década, imigrantes haitianos, venezuelanos, além de outros passaram a ocupar esse recorte geográfico.

Para iniciar a contextualização acerca do legado indígena na toponímia do Oeste de Santa Catarina buscou-se fundamentação teórica em estudos da toponista brasileira Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990, p. 60). A autora registra que, para se chegar à “verdade” de um topônimo, faz-se necessária a adoção de uma investigação com todos os recursos científicos disponíveis, a saber: análise, comparação, interpretação, seleção e conversão das hipóteses em teorias que podem chegar, mesmo, a princípios gerais reguladores da matéria (DICK, 1990, p. 3). Entretanto, nesta pesquisa, apenas o idioma será sinalizado como regulador toponímico. Por isso, caberia um aprofundamento do estudo, para incluir os dados históricos.

No que diz respeito ao signo toponímico, Dick (1990, p. 60) também esclarece que tanto o nomeador como o nome do lugar pertencem a um conjunto único, elementos que se originam no “ato da nomeação”, processo que os realiza significativamente, individualizando-os, porém, a partir desse momento, como se cada um integrasse uma existência autônoma. Como uma subárea da Onomástica, a toponímia é uma “ciência da linguagem que se ocupa do estudo dos nomes próprios.” (FREITAS, 2017).

Esses nomes próprios dos lugares estabelecem “uma estreita relação com o patrimônio cultural de um povo e sua preservação constitui a perpetuação do histórico (aí envolvidos todos os aspectos físicos, geográficos e sociais, históricos e culturais inerentes) e dos valores desse mesmo grupo.” (SOUSA, 2007). A toponímia, por sua vez, tem como objetivo analisar os nomes de lugares em geral, levando em consideração aspectos linguísticos e extralinguísticos – para estes, faz-se necessário recorrer a outras áreas do conhecimento, como a História, a Geografia, a Antropologia e a Dialetoлогия, por exemplo, com a intenção de descobrir a motivação dos topônimos (PEREIRA; NADIN, 2017, p. 217-243).

Pode-se dizer, também, que a nomenclatura de uma região encerra, na tipicidade de suas designações, amplas possibilidades de estudo. A tessitura toponímica, com efeito, longe está de ser monótona no significado que recobre ou destituída de interesse prático ou científico. Através das camadas onomásticas revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física, sejam as socioculturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode, muitas vezes, estabelecer a correlação entre o “nome” dos acidentes e o “ambiente” em que se acham inscritos. (DICK, 1990, *in*: FREITAS, p. 2017).

Durval Muniz de Albuquerque Junior (2008, p. 58) afirma que “falar em região é se referir àqueles que foram derrotados em seu processo de implantação, àqueles que foram excluídos de seus limites territoriais simbólicos, àqueles que não fizeram parte dos projetos que deram origem a dado recorte regional.” O autor também discute que “a região e sua reprodução passam, pois, pelo engajamento de forças sociais, de grupos sociais, de elites regionais, pela militância de indivíduos que subjetivam e participam do processo de subjetivação da identidade regional.” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 60).

Dessa forma, estudar traços da história indígena regional por meio da toponímia requer conhecer alguns conceitos interdisciplinares, como o de “região”, “inerente à geografia e espacialidade, transladada, posteriormente, à economia para explicar o funcionamento da sociedade como um todo, mas também em direção à antropologia com a pretensão de articular a identidade territorial.” (CARBONARI, 2009, p. 32). Entretanto, a região também “pode ser

uma construção do próprio historiador, que pode ou não coincidir com um recorte administrativo ou com uma região geográfica preconizada por uma cartografia oficial, ou ainda o recorte definido pelas fontes ou pela documentação.” (BARROS, 2005, p. 119).

A escolha da delimitação espacial é, portanto, nesta pesquisa, um recorte administrativo contemporâneo e não necessariamente do período histórico examinado, que poderia ser, no caso, o tempo de instalação dos municípios do Oeste catarinense, basicamente após a Guerra do Contestado (1912-1916). O batismo toponímico estabelece identidade por meio de seu significado. A nomeação deixa para trás a ideia de um ambiente natural, de um espaço em branco e cria a ideia de um lugar de importância humana, um ponto estratégico, um marco de referência. A seguir, o Quadro 1 registra o nome dos 119 municípios do Oeste catarinense; na sequência, o Quadro 2, os municípios com toponímia indígena.

Para qualificar os resultados que serão apresentados no Quadro 2, a professora Marilze Tavares, da Universidade Federal da Grande Dourados (MS), foi contatada via-e-mail. Ela recebeu uma cópia do texto e dessa forma pode discutir e avaliar os resultados desta parte da pesquisa. Ela é doutora em Estudos da Linguagem e trabalha, principalmente, com temas como léxico (especialmente toponímia), variação linguística e língua indígena.

Quadro 1 – Municípios da região Oeste de Santa Catarina

Abelardo Luz	Entre Rios	Macieira	Santa Terezinha do Progresso
Água Doce	Ercal Velho	Maravilha	Santiago do Sul
Águas de Chapecó	Faxinal dos Guedes	Marema	São Bernardino
Águas Frias	Flor do Sertão	Matos Costa	São Carlos
Alto Bela Vista	Formosa do Sul	Modelo	São Domingos
Anchieta	Fraiburgo	Mondaí	São João do Oeste
Arabutã	Galvão	Nova Erechim	São José do Cedro
Arroio Trinta	Guaraciaba	Nova Itaberaba	São Lourenço do Oeste
Arvoredo	Guarujá do Sul	Novo Horizonte	São Miguel da Boa Vista
Bandeirante	Guatambu	Ouro	São Miguel do Oeste
Barra Bonita	Herval d'Oeste	Ouro Verde	Saudades
Belmonte	Ibiam	Paial	Seara
Bom Jesus	Ibicaré	Palma Sola	Serra Alta
Bom Jesus do Oeste	Iomerê	Palmitos	Sul Brasil
Caçador	Ipira	Paraíso	Tangará
Caibi	Iporã do Oeste	Passos Maia	Tigrinhos
Calmon	Ipuaçu	Peritiba	Treze Tílias
Campo Erê	Ipumirim	Pinhalzinho	Tunápolis
Capinzal	Iraceminha	Pinheiro Preto	União do Oeste
Catanduvas	Irani	Piratuba	Vargeão
Caxambu do Sul	Irati	Planalto Alegre	Vargem Bonita
Chapecó	Itá	Ponte Serrada	Videira
Concórdia	Itapiranga	Presidente Castelo Branco	Xanxerê
Cordilheira Alta	Jaborá	Princesa	Xavantina
Coronel Freitas	Jardinópolis	Quilombo	Xaxim
Coronel Martins	Joaçaba	Rio das Antas	Zortea
Cunha Porã	Jupia	Riqueza	
Cunhataí	Lacerdópolis	Romelândia	
Descanso	Lajeado Grande	Saltinho	
Dionísio Cerqueira	Lebon Régis	Salto Veloso	
	Lindóia do Sul	Santa Helena	
	Luzerna		

Fonte: Santa Catarina (2019).

Quadro 2 – Municípios do Oeste catarinense com toponímia indígena

Município	Significado do topônimo	Classificação
Águas de Chapecó	Adiante, idem Chapecó.	Não classificado (provavelmente, corotopônimo)
Arabutã	“ <b>arabutã</b> – alt. de <b>ybyrapitanga</b> ” (TIBIRIÇÁ, 1984, p. 64). (pau-brasil, pau rosado)	Fitotopônimo
Capinzal	<b>Capii-tyba</b> – capinzal, pastagem <b>Capim</b> – V. <b>capii</b> (TIBIRIÇÁ, 1984, p. 81). De “capii”, “capii”, capim, erva, palha (FURTADO, 1969, p. 46).	Fitotopônimo
Caibi	CAIBI – sede municipal do E. de Santa Catarina; sem dúvida alt. <b>caá-oby</b> , mato verde (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 193).	Fitotopônimo
Campo Erê	<b>Erê</b> – s. Campo, palha, erva. Não é tupi, mas caingangue (T.S.) (BUENO, 1986, p. 117),	Fitotopônimo
Catanduvas	<b>Catanduba, catanduva</b> – cerradão; matagal rasteiro e espinhoso (TIBIRIÇÁ, 1984, p. 85). CATANDUVA – arroio, afl. do Ibicuí. Tanto Theodoro Sampaio como J. Borges Fortes e Souza Docca dão “caatã-dyba”, local do mato ralo. De fato, é possível que se trate de corruptela de “ñanandy”, pastilha, macegal (FURTADO, 1969, p. 46).	Fitotopônimo
Chapecó	<b>CHAPECÓ</b> – cid. de Santa Catarina; de <b>sapé-có</b> , roça do sapé (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 42). <b>Chapecó</b> – s. m. Nome de vários rios, sobretudo de um que se lança no Uruguai. Macedo Soares aventa a hipótese de que proceda de <i>hapecô</i> , <b>trilha, caminho aberto</b> . “O <i>h</i> é aspirado, dando um som entre <i>s</i> e <i>x</i> . (Estudos do Dialeto Brasileiro” (pa. 191). O dígrafo <i>ch</i> é pronunciado <i>tch</i> , como <i>ch</i> do espanhol. Há uma frase que enfurece os mato-grossenses: Chuva <i>choveu</i> , Chapecó encheu – que pronunciam: Tchuva tchouveu, TChapecó entcheu. Parece-nos que esta maneira de pronunciar o <i>ch</i> seja uma influência do espanhol. Em Portugal, na região de Chaves, nos limites com Espanha, dá-se o mesmo. A frase que enfurece os habitantes portugueses dessa parte, é <i>Achei uma chave chapada no chão: Achei uma tchave tchapada no tchão</i> . Esta pronúncia é corrente em São Paulo entre os homens do interior. Pode-se ouvir como em achapêu, tchorar, tchão, tchiqueiro, tchotcho, etc. Erradamente grafam-se hoje <i>xapecô</i> . A explicação deste valor forte ou palatal forte do <i>ch</i> dada por Fred Edelweiss não é aceitável (BUENO, 1986, p. 98).	Fitotopônimo: se for considerada apenas a definição de Tibiriçá, pela ideia de “roça do sapé”. Hodotopônimo: se for considerada apenas a definição de Bueno, pela ideia de “caminho aberto”.
Cunha Porã	<b>CUNHA PORÃ</b> – mun. desmembrado de Palmitos, SC; do guarani <b>cunhã porã</b> , mulher bonita (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 46). <b>cunhã</b> – mulher, índia; fêmea (TIBIRIÇÁ, 1984, p. 90).	Não classificado
Cunhataí	<b>CUNHATAÍ</b> – arroio, afl. do Santa Maria; cêrro à margem do rio Santa Maria. De “cunhãtai”, “cuñataí”, menina, môça, donzela, senhorita. Um amigo, que exerceu a medicina em região de língua guarani, afirma que o nome só é dado, pelos índios, a mulher realmente môça, e que além de bonita, seja virgem (FURTADO, 1969, p. 46). <b>Cunhãtai</b> – menina (TIBIRIÇÁ, 1984, p. 90).	Não classificado
Guaraciaba	<b>GUARACIABA</b> – cid. de Minas Gerais; de <b>Guaraciaba</b> , nome próprio feminino; do tupi <b>guarassy-aba</b> , lit. os cabelos do sol, apelido que os índios davam aos estrangeiros de cabelos louros (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 52). <b>Guaraciaba</b> – Loura, de cabelos cor do sol (BUENO, 1986, p. 127).	Somatotopônimo ou corotopônimo
Guarujá do Sul	<b>GUARUJÁ</b> – bairro em Pôrto Alegre, às margens do Guaíba. Theodoro Sampaio dá como proveniente de “guaru- yá”, viveiro dos guaru – ou aru –, nome de um batráquio (FURTADO, 1969, p. 74). <b>GUARUJÁ</b> – cid. praiana do E. de São Paulo; provável alt. de <b>guarussá</b> , esp. de caranguejo das praias; seg. Teodoro Sampaio, significa “vivenda dos guarus”; não aceitamos esta interpretação, porquanto, não existe guarus nessa localidade marítima (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 53).	Zootopônimo, segundo Bueno. Entretanto, pode ser corotopônimo.

Município	Significado do topônimo	Classificação
Guatambu	<b>GUATAMBU</b> – nome de uma ant. aldeia indígena do Maranhão, citada por d'Abbeville; contr. de <b>guará-tã-bu</b> , pau duro que soa; é o nome de uma árvore de boa madeira (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 53). <b>guatambu</b> – bot. árvore cuja madeira é chamada de pau-marfim, especial para cabo de instrumentos (TIBIRIÇÁ, 1989, p. 58).	Fitotopônimo
Ibiam	<b>IBIÁ</b> – cid. de Minas Gerais; alt. de <b>yby-ã</b> , terra elevada, falésia, barrancos (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 155). <b>Ibi</b> – s. De Yby, a terra, o solo, o chão (BUENO, 1986, p. 128). <b>Ibiã</b> – s. Grafia correta: Ybyã – s. Encosta, barranco. Esta forma é guarani. Em tupi é <i>Ybyama</i> (BUENO, 1986, p. 128).	Geomorfotopônimo ou corotopônimo
Ibicaré	terra (chão) torto (curvo) ( <b>ibi</b> + <b>carê</b> ) (IBICARÉ, 2019).	Geomorfotopônimo
Iomerê	Campo branco (IOMERÊ, 2019).	Fitotopônimo
Ipira	<b>IPIRA</b> – sede municipal de Santa Catarina; de <b>y-pyra</b> , lugar próximo d'água, lugar próximo de rio (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 61).	Hidrotopônimo
Iporã do Oeste	<b>IPORÃ</b> – cid. do Paraná; de <b>y-porã</b> , rio bonito. (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 61).	Hidrotopônimo ou corotopônimo
Ipuaçú	<b>Ipuã</b> – s. Fonte d'água que jorra para o alto. De <i>ipu</i> + <i>ã</i> ; alto. <b>Ipuassu</b> – A fonte d'água, grande, o olho d'água grande (BUENO, 1986, p. 154). <b>IPU</b> – cid. do Ceará; de <b>ypu</b> , olho d'água, fonte, manancial (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 61).	Hidrotopônimo ou corotopônimo
Ipumirim	<b>IPUMIRIM</b> – cid. de Santa Catarina; de <b>ypu-mirí</b> , fonte pequena, nascente pequena. (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 61).	Hidrotopônimo
Iraceminha	<b>Ira</b> – De acordo com a nota 27 dos comentários de Fred. Edelweiss, <i>ira</i> pertence ao nheengatu, e está por <i>eira</i> em tupi antigo e significa <i>mel</i> e não abelha (BUENO, 1986, p. 154). <b>Iracema</b> – De <i>ira</i> , <i>inel</i> , <i>cema</i> , <i>saída</i> : a saída do mel, o fluxo do mel. Prenome feminino de grande uso no Brasil, tornado popular pelo romance “Iracema” de José de Alencar (BUENO, 1986, p. 154).	Antropotopônimo ou corotopônimo
Irani	<b>IRANI</b> – nome de uma localidade nas proximidades da cidade de São Paulo; de <b>Irani</b> , nome próprio feminino de origem tupi, sem dúvida corruptela de <b>eíra-i</b> , abelhinha (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 62).	Zootopônimo, porém, se for uma homenagem à outra localidade (de São Paulo), poderia ser corotopônimo. Entretanto, se o município ganhou esse nome por causa da abelhinha, aí, sim, zootopônimo.
Irati	<b>IRATI</b> – cid. da Bahia; de <b>eiraty</b> , cera de abelha, ninho de abelha, colmeia (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 62).	Zootopônimo
Itá	<b>Itá</b> – Pedra, rocha, penedo, rochedo. Por extensão, ferro, metal duro que era comparado à pedra pelos indígenas (BUENO, 1986, p. 156). <b>ITÁ</b> – cid. de Santa Catarina; de <b>itá</b> , pedra (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 62).	Litotopônimo
Itaberaba	<b>Itaberaba</b> – A pedra brilhante, o diamante. Nome de várias localidades em S. Paulo, Minas, Bahia. Var. <i>sabará</i> , hoje, nome de uma cidade de Minas Gerais (TIBIRIÇÁ, 1984, p. 63). <b>ITABERABA</b> – cid. da Bahia; bairro da cid. de São Paulo; de <b>ita-beraba</b> , pedra luzente, diamante (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 63).	Litotopônimo
Itapiranga	<b>ITAPIRANGA</b> – cid. do Amazonas; de <b>itá-piranga</b> , pedra vermelha; há em Santa Catarina cidade do mesmo nome (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 67).	Litotopônimo
Jaborá	<b>JABORÁ</b> – cid. de Santa Catarina; de <b>já-borá</b> , semelhante ao própolis, massa amarela que se encontra nas colméias; <b>borá</b> é também o nome de uma variedade de abelha (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 71).	Zootopônimo

Município	Significado do topônimo	Classificação
Joaçaba	<b>JOASSABA</b> – cid. de Santa Catarina; de <b>ju-assaba</b> , passagem dos espinhos (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 77).	Fitotopônimo
Jupia	<b>Jupia</b> – remoinho, voragem (Geraldo da Cunha) (TIBIRIÇÁ, 1984, p. 121).	
Mondaí	<b>MONDAÍ</b> – cid. de Santa Catarina; de <b>mondá-y</b> , rio do ladrão, ou dos ladrões (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 87).	Hidrotopônimo
Nova Erechim	<b>ERECHIM</b> – rio, afl. do Passo Fundo; cidade, na região de Marcelino Ramos. Do caingangue “herê”, campo, e “chim”, pequeno: o campo pequeno (FURTADO, 1969, p. 74).	Fitotopônimo (campo), cronotopônimo (nova) ou, ainda, corotopônimo (se for uma referência à cidade de Erechim, no RS).
Nova Itaberaba	<b>ITABERABA</b> – cid. da Bahia; bairro da cid. de São Paulo; de <b>itá-beraba</b> , pedra luzente, diamante (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 63).	Litotopônimo
Peritiba	<b>PIRITIBA</b> – cid. da Bahia; de <b>piri-yba</b> , local onde abunda o junco. (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 98). Observação: O termo “peritiba” não apareceu nos dicionários pesquisados. Há indícios de que não seja o significado sugerido como Piritiba.	Fitotopônimo
Piratuba	<b>PIRATUBA</b> – cid. de Santa Catarina; de <b>pirá-tuba</b> , abundância de peixes (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 98).	Zootopônimo
Sul Brasil	Pau-brasil, pau vermelho, no tupi-guarani (DIANA, 2019).	Fitotopônimo se for relacionado à planta pau-brasil. Porém, se for uma homenagem ao Brasil, corotopônimo.
Tangará	<b>TANGARÁ</b> – zool. Certo pássaro dentirostro, conhecido como pássaro dançador (TIBIRIÇÁ, 1989, p. 161).	Zootopônimo
Xanxerê	<b>XENXERÊ</b> – cid. de Santa Catarina; do caingangue <b>xen</b> , peroba, <b>xe</b> , preto(a), <b>rê</b> , como campo; campo (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 151).	Fitotopônimo
Xavantina	<b>XAVANTINA</b> – cid. de Mato Grosso; do nome da tribo Xavante, do grupo linguístico Jê (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 151).	Etnotopônimo
Xaxim	<b>Chachi</b> – bot. nome de certa samambaia arborescente; a raiz ou tronco desta samambaia, vulgarmente chamados xaxim (TIBIRIÇÁ, 1989, p. 44). <b>XAXIM</b> – haste de samambaiassu com que se fazem vasos para orquídeas; é abundante nas regiões serranas de Santa Catarina; é o nome de uma cidade desse Estado (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 191). <b>XACHI</b> – Adj. Enrugado, emaranhado B. Caetano. T. Sampaio dá <i>xanchim</i> , a corda lisa, a fibra macia. São conhecidos os vasos de chachim onde as plantas viçam. Batista Caetano escreve <b>chachi</b> (BUENO, 1986, p. 357).	Fitotopônimo

Fonte: elaborado com base em Bueno (1986), Furtado (1969), Tibiriçá (1985, 1989, 1984), Ibicaré (2019), Iomerê (2019), Diana (2019).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Partiu-se da informação de que, dos 119 municípios da região Oeste de Santa Catarina, 38 têm em seus topônimos termos de origem indígena conforme indicado no Gráfico 1. Os nomes próprios dos lugares foram analisados de acordo com os significados contemplados nos dicionários tupinicos de Luiz Caldas Tibiriçá (1984, 1985, 1989), Nelson França Furtado (1969) e Silveira Bueno (1986). Quantificaram-se os topônimos somente de acordo com o idioma.

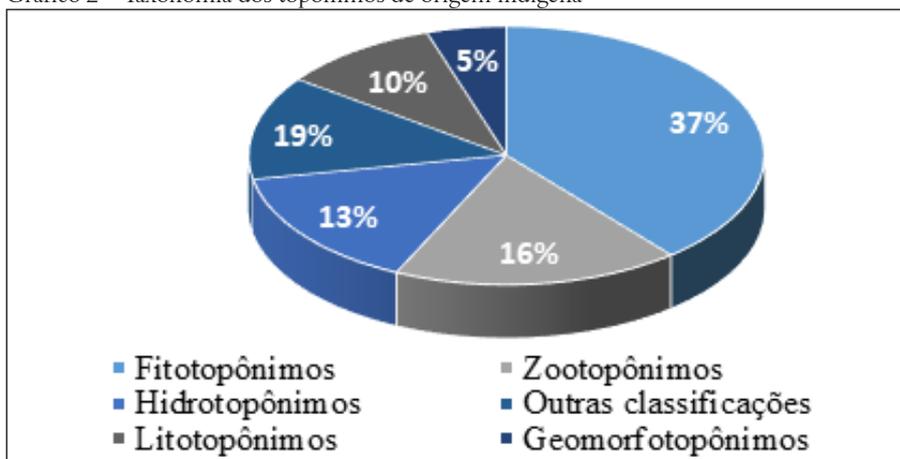
Para classificar os topônimos considerou-se, parcialmente, o modelo taxionômico de Dick (1992). Esta pesquisadora, que desde 1980 tem se debruçado em pesquisas relacionadas aos nomes de lugares, propôs um modelo de taxionomias toponímicas que pudesse, por meio da análise da estrutura formal do topônimo, evidenciar sua motivação. Essas taxas têm orientado os estudos da Toponímia no Brasil, pois foram concebidas com base na realidade brasileira (ISQUERDO, 1996, p. 115). A seguir, os resultados serão apresentados em forma de gráficos e discussões.

Gráfico 1 – Municípios do oeste de SC com toponímia indígena



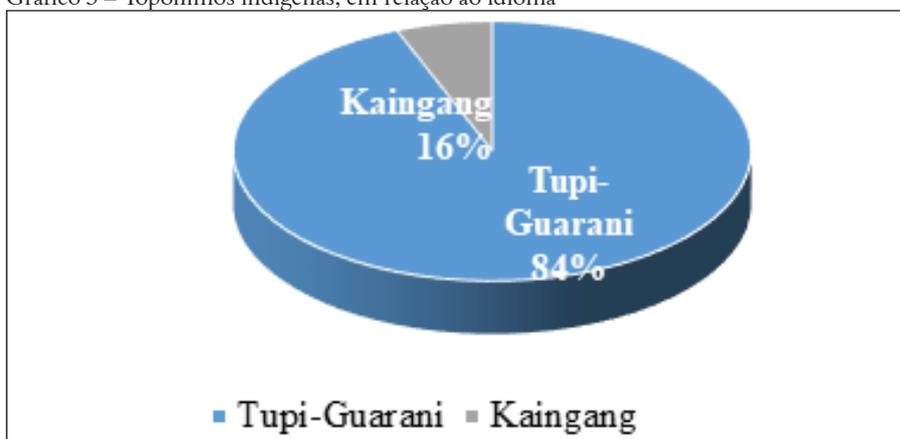
Fonte: elaborado com base em Tibiriçá (1984, 1985, 1989), Furtado (1969) e Bueno (1986).

Gráfico 2 – Taxonomia dos topônimos de origem indígena



Fonte: elaborado com base em Tibiriçá (1984, 1985, 1989), Furtado (1969) e Bueno (1986).

Gráfico 3 – Topônimos indígenas, em relação ao idioma



Fonte: elaborado com base em Tibiriçá (1984, 1985, 1989), Furtado (1969) e Bueno (1986).

No Oeste catarinense, a multiplicidade e a exuberância da fauna, da flora e seu valor para a sobrevivência dos povos indígenas, são evidenciados no expressivo número de topônimos de origem botânica e animal. Porém, ao responder à pergunta que norteou esta parte da pesquisa, percebeu-se que em Santa Catarina não há atlas toponímico dos municípios, e estudos referentes ao tema são extremamente escassos.

Por meio dos dados elencados no Quadro 2, notou-se que, dos 38 topônimos de origem indígena, aproximadamente 40% são fitotopônimos (nomes de vegetais); seguidos de zootopônimos (referem-se aos animais), hidrotopônimos (acidentes hidrográficos), litotopônimos (de origem mineralógica ou geológica), geomorfotopônimos (formas topográficas), etnotopônimos (referentes às etnias), corotopônimos (relativos aos nomes de cidades, países,

estados, regiões e continentes), hodotopônimos (relacionados às vias de comunicação), somatotopônimos (relacionados às partes do corpo humano ou animal), antropotopônimos (relativos aos nomes próprios individuais) (DICK, 1990. p. 31-34; PEREIRA, 2009). Os demais têm outras classificações conforme indicado no Gráfico 2.

Chama-se a atenção para o fato de que, até o momento da constituição desta pesquisa, e com base nas fontes analisadas, a classificação dos topônimos apresentados no Quadro 2 poderá agregar sentidos diferentes dos apresentados, em virtude da mistura de vocábulos portugueses e indígenas ou, então, pelo fato de que não foi analisada a motivação no momento da escolha do nome do lugar.

Tavares (2019) considerou importante observar que, “nos topônimos em que, na sua definição, já aparece à informação que é nome de outra cidade, de outro estado, da mesma forma ou com pequena modificação ou acréscimo, penso que deveria considerar classificar como corotopônimos.” Tavares ainda lembrou que a taxionomia da Dick (1990) sinaliza “a aferição objetiva das causas motivadoras dos designativos geográficos.” Então, para classificar, ter-se-ia que perguntar: “por que o município tem esse nome?”. (TAVARES, 2019). Entretanto, neste artigo, não se buscaram as pistas da intenção do denominador toponímico, tomando-se como base apenas os significados dos nomes indicados nos dicionários de Bueno, Furtado e Tibiriçá. Assim, ficaram em aberto diversas afirmações sobre o legado indígena regional, porque não foram consideradas todas as intencionalidades.

Então, nomes como Águas de Chapecó, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Ibiá ou Nova Erechim poderiam ser homenagens às cidades já existentes? Segundo o registro do histórico do município de Guarujá do Sul (2019), por exemplo, “um rico empresário da região, que viajava com frequência para São Paulo, batizou a vila recém-fundada com o nome da praia paulista frequentada por ele.” Dessa forma, Guarujá do Sul parece ser uma homenagem à cidade praiana de São Paulo.

Essa prática – isto é, nomear um espaço com o nome de outro espaço – já foi verificada e estudada por Dick. Ela explica que os topônimos se deslocam ou acompanham as levas povoadoras, o que caracteriza a tão comentada “saudade” da terra natal, ou separadamente do elemento humano que imigrou, impulsionado apenas pelo próprio prestígio, como diz Backheuser, configurando, neste caso, um típico exemplo de “mimetismo toponímico”. (DICK, 1992. p. 76-96).

Em alguns topônimos, também há uma mistura de palavras indígenas e portuguesas, as compostas por um ou mais elementos qualitativos, ou considerados cronotopônimos, pelo fato de terem indicadores cronológicos, como, por exemplo, “Nova Erechim”, “Nova Itaberaba”, “Erval Velho”; entretanto, no Quadro 2, apenas o idioma foi observado. Seguindo a análise dos dados do Quadro 2, observou-se que, dos 38 topônimos, 32 pertencem ao tronco linguístico Tupi-Guarani, correspondentes a 84%, como indicado no Gráfico 3. Apenas Chapecó, Águas de Chapecó, Campo Erê, Xanxerê, Xavantina e Nova Erechim foram indicados como de origem Kaingang.

Uma justificativa para a prevalência tupínica na nomenclatura dos topônimos pode ser o fato da passagem dos bandeirantes que registravam a topografia em Tupi-Guarani. O fenômeno da prevalência tupínica nos nomes próprios de lugares da região Oeste de Santa Catarina se estende à geografia nacional de acordo com o engenheiro, geógrafo e historiador Theodoro Sampaio (1901, p. 14, grifos do autor):

Fazia-se a conquista tendo por vehiculo a propria lingua dos vencidos, que era a lingua da multidão. As *bandeiras* quasi que só falavam o tupi. E se por toda a parte onde penetravam estendiam os dominios de Portugal, não lhe propagavam, todavia, a lingua, a qual só mais tarde se introduzia com o progresso da administração, com commercio e melhoramentos. Recebiam então um nome tupi as regiões que se iam descobrindo, e o conservavam pelo tempo adiante, ainda que nellas jámais, tivesse habitado uma tribu de raça tupi. E assim é que no planalto central, onde dominavam povos de outras raças, as denominações dos valles, rios e montanhas e até das povoações são pela mór parte de *lingua geral*.

Ou seja, os portugueses e espanhóis, no período colonial, adentraram pelo interior e foram dominando os indígenas por meio da própria língua dos vencidos. Sampaio também lembrou que os bandeirantes falavam essencialmente o Tupi. Por isso, os lugares recebiam nomes tupínicos, mesmo que as etnias que habitassem tal recorte geográfico falassem outros idiomas. Por isso, o legado indígena vai além da relação do local com os grupos indígenas que o habitavam, ele tem relação com a história do povoamento do Brasil. Sampaio, em 1901, de forma

indireta, cita a região que hoje se conhece por Oeste catarinense e indica a raridade do idioma Kaingang na nomenclatura de Chapecó e Xanxerê:

Em S. Paulo o predomínio do tupi é quase completo, notando-se o mesmo do Paraná para o sul até o Rio Grande, e para o centro, em direção ao vale do Paraguai. Raríssimas são as denominações tapuyas perdidas na grande torrente tupi-portuguesa que alastrou por toda a parte. Os nomes *Chopin*, *Chapecó*, *Chanheré*, *Goyó*, *Copré*, na região dos Coroados [kaingang/Xokleng] dentro o Iguassú e o Uruguay (SAMPAIO, 1901, p. 17, grifo do autor).

A língua Tupi-Guarani, transcrita pelos jesuítas, originou dicionários tupínicos, entre eles os escritos por Bueno, Furtado e Tibiriçá. Porém, a língua Tupi-Guarani, ao longo do tempo, sofreu mudanças conforme a dispersão geográfica dos diferentes grupos indígenas que migraram para o sul do Brasil, e o posterior extermínio sofrido por esses povos em virtude das missões, da colonização, de intervenções militares, entre outros.

Ainda interpretando o Quadro 2, é possível perceber que, por meio dos topônimos indígenas, o idioma Tupi-Guarani se sobressaiu, esses topônimos sobreviveram ao fenômeno colonizador, que considerou nomes de lugares anteriores à colonização – embora haja casos em que os municípios foram nominados pelos próprios colonizadores utilizando termos em Tupi-Guarani ou Kaingang, como a própria pesquisa exemplifica. Por outro lado, os nomes de lugares que lembram historiopônimos (significação histórica), de personagens sacros (hierotopônimos) ou nomes próprios de pessoas (antropônimos), entre outras classificações, prevaleceram nas designações toponímicas dessa região após a colonização (DICK, 1990. p. 31-34; PEREIRA, 2009).

Adverte-se que os topônimos apresentados no Quadro 2 são palavras portuguesas e algumas são oriundas das línguas Tupi-Guarani e Kaingang. Ao longo do tempo, essas vozes passaram por alterações ao serem grafadas em português, ou seja, há modificações luso-brasileiras. Ao se estudar os topônimos apenas com base em dicionários, fica limitada a contextualização histórica em relação à nomenclatura das cidades oestinas, por isso, é essencial um aprofundamento do estudo. Sabe-se que muitas reflexões feitas ao longo desta pesquisa são inconclusivas e carecem de consistência teórica para que o estudo toponímico considere os elementos presentes nos nomes dos lugares em seu aspecto global, não se restringindo a uma ou outra herança cultural.

Notou-se, também que em virtude da constituição étnica variada, na região Oeste de Santa Catarina, as terminologias geográficas se mostram heterogêneas, assim como sua população. Dessa forma, embora nesta pesquisa o olhar tenha sido direcionado aos topônimos de origem indígena, que testemunham sua precedência na região, os demais também refletem, além da língua, os costumes regionais de outras ocupações humanas – no caso, dos negros, dos caboclos e dos descendentes de europeus.

## 4 CONCLUSÃO

Na pesquisa que tratou sobre a toponímia indígena do Oeste catarinense, como patrimônio etnolinguístico averiguou-se que, especialmente, no planalto – que no passado era habitado por povos portadores das antigas tradições cerâmicas Taquara-Itararé, pertencentes ao tronco linguístico dos Jê (atualmente reconhecidos pelas etnias Kaingang e Xokleng) – na topografia ocorreu o predomínio da língua Tupi-Guarani, também falada pelos indígenas da etnia Guarani que viviam próximos aos grandes rios da região.

No entanto, o principal fator da predominância tupínica na geografia regional e nacional é a passagem dos bandeirantes que registravam a topografia no idioma Tupi-Guarani. Dessa forma, conclui-se que, no Oeste catarinense, muitas cidades que no passado abrigavam povos da etnia Kaingang têm seus topônimos registrados em Tupi-Guarani. Então, o nome da localidade, nem sempre é uma evidência da ocupação do lugar por esta ou aquela etnia.

Viu-se que, entre os 119 municípios do Oeste catarinense, 32% possuem palavras de origem indígena. Nas cidades que têm em seu nome próprio termos indígenas, aproximadamente 40% são fitotopônimos, seguidos respectivamente por zootopônimos, hidrotopônimos, litotopônimos, geomorfotopônimos, entre outros. Notou-se que os nomes desses lugares são um patrimônio etnolinguístico Tupi-Guarani majoritariamente, pois, dos 38 topônimos elencados, 32 são dessa origem, correspondentes a 84%; os demais são de origem Kaingang.

Em alguns casos os topônimos de origem indígena referentes à região Oeste, revelam características naturais das localidades, com funções identificadoras de acordo com seu significado. Em outros casos isto não se aplica, como exemplo de Guarujá do Sul. Ao observar os nomes dos topônimos, acredita-se que a abundância de determinadas plantas, animais, minerais, hidrografia, entre outros, motivou a nomenclatura dos lugares. No entanto, para obter dados mais precisos, é necessário buscar em diferentes ramos das ciências humanas dados científicos que esclareçam, deem sentido, e façam relações com a toponímia dos lugares, ou seja, visando integrar a manifestação toponímica em uma rede para fazer interconexões entre os fenômenos.

Os resultados percebidos no Quadro 2 apresentaram uma versão do passado, da memória e da identidade do Oeste catarinense. Denotaram um dos aspectos da cultura regional, tomando a versão toponímica como base. Essa versão enalteceu o idioma Tupi-Guarani e, em menor número, o Kaingang na nomenclatura dos municípios com palavras de origem indígena. Nomes, muitas vezes estranhos e com sentidos incompreensíveis; porém, são vocábulos presentes na toponímia de cidades, rios, montanhas, da fauna, da flora e que guardam histórias daquelas pessoas que deixaram para a coletividade oestina traços de seu legado.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. Objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região **Fronteiras**. Dourados, v. 10, n. 17, p. 60, jan./jun. 2008.
- BARROS, J. M. D'A. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 96-121, 2005.
- BOITEUX, José A. **Oeste catharinense**: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres e Irmão, 1931.
- BUENO, Silveira. **Vocabulário tupi-guarani português**. 4. ed. São Paulo: Brasil, 1986.
- CARBONARI, M. R. De ass explicar la región sin perderse em el intento: repassando y repensando la Historia Regional. **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 32, 2009.
- CARBONERA, M. **Ocupações indígenas do oeste catarinense**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <valdirenechitolina@yahoo.com.br> em 05 ago. 2019.
- COSTA, A. F. **O oeste catarinense**: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas e Cia., 1929.
- DIANA, D. **Cultura Tupi-Guarani**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/cultura-tupi-guarani/>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- DICK, M V. P. A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo: USP, 1992.
- FREITAS, C. J. de. **A toponímia no estado de Minas Gerais**: estudo dos zootopônimos. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1691>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- FURTADO, N. F. **Vocábulos Indígenas na Geografia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUCRS, 1969.
- GUARUJÁ DO SUL. **Histórico**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Guaruj%C3%A1\\_do\\_Sul](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guaruj%C3%A1_do_Sul). Acesso em: 19 mar. 2019.
- IBICARÉ. **Histórico**. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/ibicare>. Acesso: em 23 mar. 2019.
- IOMERÊ. **Histórico**. Disponível em: <https://www.iomere.sc.gov.br/>. Acesso: em 12 jun. 2019.
- ISQUERDO, A. N. **O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural**. 1996. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1996.

PEREIRA, R. R. **A Toponímia de Goiás**: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do Sul Goiano. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

PEREIRA, R. R.; NADIN, O. L. Taxionomias toponímicas e relações com a Terminologia. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 217-243, 2017.

RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

RENK, A. Expropriação do campesinato caboclo no Oeste catarinense. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. v. 1. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SAMPAIO, T. **O Tupi na Geographia Nacional**: memória lida no Instituto Histórico e Geographico de São Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901.

SANTA CATARINA. **Divisão dos municípios do estado de SC por mesorregiões**. Disponível em: <http://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/chamadas/2429/10.-ANEXO-VII-Divisao-do-Municipios-do-Estado-de-SC-por-Mesorregioes.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SCHMITZ, P. I. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina**. São Leopoldo, RS, 11 jul. 2019.

SOUSA, Alexandre Melo de. **Toponímia e ensino**: propostas para a aplicação no nível básico. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?isbn=8547302921>. Acesso em: 12 abr. 2019.

TAVARES, M. **Qualificação de artigo**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <valdirenechitolina@yahoo.com.br> em 19 mar. 2019.

TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário de topônimos brasileiros de origem Tupi**: significado dos nomes geográficos de origem Tupi. São Paulo: Traço, 1985.

TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário Guarani-Português**. São Paulo: Traço, 1989.

TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário Tupi-Português**: com esboço de gramática de Tupi antigo. São Paulo: Traço, 1984.

TORRE, A. Micromacro élocalglobal: el problema de la localidad en una historia espacializada. **História Crítica**, Bogotá, n. 69, p. 42, jul.-set. 2018.

VICENZI, R. **Negros escravizados, nos antigos Campos de Palmas, região que abrangia o atual oeste de Santa Catarina**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <valdirenechitolina@yahoo.com.br> em 20 maio 2020.